

Vivência de uma bibliotecária docente e encarcerada

Adriana Isidório da Silva Zamite (Faculdade Saberes) - adrianaisidoriosilva@gmail.com

Resumo:

Este relato apresenta vivência profissional da autora em ambientes prisionais no Estado do Espírito Santo (ES). Com objetivo de divulgar experiência e discutir a função da biblioteca e qual o papel do profissional bibliotecário, neste contexto social. Todavia, observar possíveis potencialidades de projetos e instauração de políticas socioeducacionais para internos na área da Ciência da Informação. Perspectiva de fazer a diferença na nossa profissão, trabalhar com pessoas que antes eram “punidas” em ambientes hostis, desprovidas de qualquer liberdade. Mas que agora recebem a oportunidade de mudar e viver dias melhores com apoio da educação. Utilizando práticas de leitura e o audiovisual como ferramenta para a ressocialização. Essas atividades expandem as possibilidades de educação dos internos e potencializam a reinserção dos egressos ao convívio social, a partir do desenvolvimento de uma visão mais complexa do mundo que os cerca e das possibilidades que eles podem buscar no futuro. O intuito não é encobrir os delitos cometidos pelo interno, mas mudar a realidade desse indivíduo perante a sociedade. A intensão é educar e não depositar.

Palavras-chave: *Biblioteca prisional. Práticas de leitura e escrita. Bibliotecário social.*

Eixo temático: *Eixo 14: I Fórum Brasileiro das Bibliotecas Prisionais*

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade envolve o uso constante da leitura e da escrita como recurso de inserção e de reprodução social. E a apropriação de saberes constitui-se uma necessidade e condição de mudança tanto de grupos quanto de indivíduos ou sujeitos sociais. No contexto prisional, as práticas de leitura possuem uma função eminentemente educativa e remetem aos processos de apropriação e desenvolvimento de linguagem considerando os aspectos cognitivo, social e cultural desses sujeitos. De acordo com Carvalho (2009) as bibliotecas de presídios integram um sistema normativo que tem um papel ressocializador e reabilitador do preso, por isso suas funções devem estar enquadradas nessa perspectiva. E as organizações de atividades culturais podem abranger oficinas de escrita e leitura, cinema, teatro entre outros.

Assim, o ambiente da biblioteca e respectivos recursos mediadores de informação podem ser instrumentalizados, conforme recomendado em pautas internacionais sobre o tema.

A medida que las sociedades modernas han ido adoptando formas más humanas y progresistas de ejercer la justicia penal y la encarcelación de acuerdo con la Declaración Universal de Derechos Humanos de la ONU, su perspectiva há cambiado del castigo a la educación, rehabilitación y el uso productivo del tiempo. De esta forma, la biblioteca de prisión se convierte en una parte importante de todo el ambiente carcelario en su apoyo a los programas educacionales, recreativos y de rehabilitación (LEHMANN; LOCKE, 2007, p. 4).

Contudo, pretende-se neste relato abrir uma discussão da função da biblioteca e qual o papel do profissional bibliotecário neste cenário social. Há oportunidade de fazer a diferença na profissão e abordar uma área pouco explorada no nosso Estado e muito a ser estudada. A intenção não é encobrir os delitos cometidos pelo interno, mas mudar a realidade desse indivíduo perante a sociedade. Conforme Carvalho (2009), [...] a visão do Estado e da própria sociedade é que o preso é um condenado sem alma, sem sentimentos, que não tem condições de ser regenerado e muito menos tem o direito de estudar, aprender e buscar conhecimentos. Entretanto, são seres humanos, merecem respeito e chance de mudar e viver dias melhores com apoio da educação.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este relato originou-se da vivência profissional da autora como instrutora em programas de capacitação profissional. Neste período, foi ministrado o Curso de Auxiliar de Biblioteca para internos do sexo masculino nas Unidades 1 e 2 da Penitenciária Estadual de Vila Velha – Xuri, no Estado do Espírito Santo (ES), em 2014 pelo Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT) da Unidade de Viana/ES.

Na ocasião trabalhei com duas turmas de 27 (vinte e sete) alunos. Notei dos internos pouca fluência tratando de práticas de leitura e escrita. E também, a falta de incentivo ou atividades socioeducacionais como recurso de ressocialização, mesmo nas Unidades prisionais com bibliotecas bem equipadas.

O curso teve duração de 2 (dois) meses, sendo este dividido em 2 módulos (básico e específico). Eram quatro aulas por dia baseada nas apostilas, sem nenhuma atividade sociocultural. Neste momento, observei a importância da biblioteca naquele ambiente. Então, iniciei um trabalho diferenciado empregando livro e longa-metragem. Pois, o audiovisual estimula os sentidos e faz com que os internos fiquem menos ociosos e também, contribui para um melhor entendimento das obras trabalhadas. Essas atividades expandem as possibilidades de educação dos internos e estimulam a “viajar sem sair do lugar”. Além disso, fomenta a reinserção dos egressos ao convívio social, a partir do desenvolvimento de uma visão mais complexa do mundo que os cerca e das possibilidades que eles podem buscar no futuro. Logo, as primeiras aulas eram teóricas, utilizando as apostilas e, as outras duas, apresentações de filmes.

Todos os filmes exibidos eram adaptados de livros, sendo estes do acervo da própria biblioteca. A primeira obra utilizada foi “*O menino do pijama listrado*”, inicialmente, apresentado o filme de Mark Herman e depois o livro do autor John Boyne. Nesta conjuntura, compreendi que quando trabalhávamos o audiovisual, os internos participaram dos debates e tinham curiosidade em ler e conhecer mais a história, visto que o livro é mais rico em detalhes e o filme uma cópia reduzida da obra. Após apresentações dos vídeos, os encarcerados solicitaram a obra para os internos que trabalhavam na biblioteca. E, embora não possuíssem nenhuma capacitação profissional, eles eram conhecidos como “bibliotecários”. O Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo não possui bibliotecários nas Unidades de informação. Devemos mudar esta realidade e adotar este amplo campo de atuação.

Por isso, conforme Targino (1997), o bibliotecário enquanto verdadeiro agente social necessita assumir um compromisso com a sociedade. Existem alguns profissionais da área, pesquisadores e atuantes, mas não o suficiente para tanta demanda. Segundo a bibliotecária ativista da biblioteconomia social, Lindemann (2019), as bibliotecas prisionais foram negligenciadas, ressaltamos que as unidades de informação intramuros prisionais são tão legítimas quanto qualquer outra biblioteca. Neste aspecto, o que a diferencia é o local onde está situada e o público.

Vale ressaltar que por questões de segurança, os internos não visitam a biblioteca, porém, os livros chegam até as celas. E as obras circulam livremente, quando solicitadas. As Cinco Leis de Ranganathan¹, neste espaço, são notavelmente utilizadas e possibilitam a visão de dias melhores para os encarcerados.

Desta maneira, a biblioteca aparece como ferramenta ressocializadora, um organismo vivo em constante crescimento. Utilizada para fins socioculturais e educacionais nos seus diversos ambientes. Segundo Freire (2006, p. 33), “a biblioteca pode ser entendida como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros”. As celas estão lotadas de presos que necessitam de atividades e, conforme Foucault (1987, p.221), “as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável ou ainda pior, aumenta”. A intenção é educar e não depositar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma maneira de contribuir, ainda que minimamente, para a mudança dessa triste realidade, seria proporcionar atividades educacionais que possibilitasse a integração social e cultural do indivíduo na biblioteca. Para Scariot (2013, p.43),

a educação nesse ambiente precisa ser vista como um dos instrumentos de inserção do indivíduo na sociedade, promovendo conscientização e transformação de sua condição atual e para quando adquirir sua liberdade.

Dados da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (acesso em 24 jan. 2019), relatam que apenas 33% das

¹ Os livros são para usar; A cada leitor seu livro; A cada livro seu leitor; Poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009, p. 11).

instituições penais no Brasil contemplam a presença de uma biblioteca prisional. Sendo esta fundamental na formação educacional, profissional e cultural dos indivíduos em privação de liberdade. Trabalhar a leitura no sistema prisional além de proporcionar conhecimento e aprendizado, o interno também poderá ter benefícios em relação a seu tempo de pena. Neste sentido, foi criado pela Portaria Conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e da Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, o “Projeto Remição pela Leitura”, utilizando a leitura como método factível para o alcance da reinserção social dos presos.

No entanto, nosso Estado ainda não trabalha com projetos voltados para utilização desta Unidade de informação. Por isso, a importância de elaborar projetos e eventos que contemplam esta temática para divulgar esse assunto tão delicado. Sendo imprescindível a participação do profissional bibliotecário neste processo. De acordo com Carvalho (2016, p. 74), “historicamente, a profissão de bibliotecário é reconhecida por indicar vários espaços potenciais de atuação que, entretanto, não são ocupados na prática”. E segundo Costa (2016, p.880),

somos os/as profissionais da informação, ora, que façamos valer isso, disseminando Leis, cobrando-as a quem de competência pode fazer valer a obrigatoriedade de biblioteca no cárcere, bem como a gestão dessas pelo único e apto profissional capaz de geri-las: o bibliotecário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jun. 2012. Disponível em: http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view. Acesso em: 4 set. 2016.

CARVALHO, J. A importância da biblioteca nos presídios. *In:_____*. **Blog Professor Jonathas Carvalho**. [online], 2009. Disponível em:<http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importanciadabibliotecapr isoao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CARVALHO, J. **Tópicos em biblioteconomia e ciência da informação:** epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

COSTA, A. *et al.* Bibliotecas prisionais Catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). Comissão Brasileira de Bibliotecas prisionais. 2017. Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbp/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEHMANN, V.; LOCKE, J.. **Pautas para servicios bibliotecarios para reclusos**. Traduzido por Jenny Pérez Rodríguez. 3. ed. La Haya: IFLA Headquarters, 2007. (IFLA Professional Reports: 99). Spanish translation of IFLA Professional Report 92. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/Profrep99.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2016.

LINDEMANN, C. Qual o papel das bibliotecas prisionais? **Revista Biblioo**, [online], 2019. Disponível em: <http://biblioo.info/qual-o-papel-das-bibliotecas-prisionais/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2009.

SCARIOT, L. F. da S. M. **Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT**: a visão da professora e suas alunas. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/.../f5779fc87313760d8cab862541c0277d.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.

TARGINO, M. das G. Práxis bibliotecária. **Inf. & Soc. Est**, João Pessoa, v.7, n.1, p.26-33, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13856>. Acesso em: 24 jan. 2019.